



RELATÓRIO DE AUDITORIA DE MANEJO FLORESTAL



Neocert Certificações Florestais e Agrícolas LTDA

Av. Cezira Giovanoni Moretti, 955 – Sala 112 – Office Reserva Jequitibá
Bairro Santa Rosa – Piracicaba/SP – CEP 13414-157



@neocertoficial



@neocertoficial



neocert.com.br

SUMÁRIO

ORGANIZAÇÃO CERTIFICADA	3
Dados do certificado	3
Dados da auditoria	3
A NeoCert	4
1. Objetivos da auditoria	5
2. Informações gerais sobre escopo	5
3. Informações detalhadas do escopo.....	5
4. ÁREAS DE MANEJO	6
5. DESVIOS RELACIONADOS AO PLANO DE AUDITORIA	6
6. FATOS SIGNIFICANTES IMPACTANDO NO PROGRAMA DE AUDITORIA.....	6
7. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA GESTÃO DO MANEJO FLORESTAL	6
8. CONFORMIDADE E EFICÁCIA DO SISTEMA DE GESTÃO	7
9. CONCLUSÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DO ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO	7
10. CONFIRMAÇÃO DE QUE OS OBJETIVOS DA AUDITORIA FORAM ATINGIDOS.....	8
11. QUESTÕES NÃO RESOLVIDAS IDENTIFICADAS NO PROCESSO DE AUDITORIA.....	8
12. PROCESSO DE AUDITORIA	8
13. EQUIPE DE AUDITORIA	10
14. CRONOGRAMA DA AUDITORIA	11
15. RESULTADO DA AUDITORIA	12
16. ANÁLISE DE AÇÕES CORRETIVAS DE NÃO-CONFORMIDADES ABERTAS ANTERIORES .	13
17. RESULTADO DA AUDITORIA: NÃO-CONFORMIDADES IDENTIFICADAS NA AUDITORIA (NCRS) 13	
18. COMENTÁRIOS RECEBIDOS DE PARTES INTERESSADAS	15
19. ANEXOS	16
ANEXO I - LISTA DE PARTES INTERESSADAS	16
ANEXO II – ABNT NBR 15789:2024 – MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL – PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES PARA FLORESTAS NATIVAS	16
ANEXO III – – PEFC ST 2001:2020 - REGRAS DE USO DAS MARCAS REGISTRADAS PEFC – REQUISITOS.....	16
ANEXO IV – NEO-PAD-FM-01 – PADRÃO NEOCERT PARA CADEIA DE CUSTÓDIA FLORESTAL (CONFIDENCIAL).....	16
ANEXO V – PORTARIA INMETRO Nº 547/2012 – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA CERTIFICAÇÃO DE GRUPO DE PRODUTORES FLORESTAIS.....	16



ORGANIZAÇÃO CERTIFICADA

NOME DA ORGANIZAÇÃO: ECOTOTUS SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA

ENDEREÇO: Av. Vila Ema, 1916, sala 283, torre 2, Vila Ema

NOME DO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO: Daniel da Silva Souza

E-mail do responsável pela certificação: daniel.engftal@gmail.com

DADOS DO CERTIFICADO

CÓDIGO DE CERTIFICAÇÃO	NEO-PEFC-MF-000025
DATA DE EMISSÃO DO CERTIFICADO	11/06/2026

DADOS DA AUDITORIA

TIPO DE AUDITORIA	Avaliação Principal
DATA DA AUDITORIA FASE 1	27/04/2026
DATA DA AUDITORIA FASE 2	04/05/2026 a 08/05/2026



A NEOCERT

A Neocert é uma empresa que desenvolve e aplica mecanismos de diferenciação (padrões, certificações e boas práticas) com foco em apoiar produtos, serviços ou modelos de negócios inovadores com salvaguardas socioambientais, rastreabilidade e garantias de origem.

Acreditamos que as organizações dedicadas a aplicar mecanismos de certificação precisam buscar alternativas para acompanhar uma sociedade cada vez mais dinâmica, oportunizando o uso das novas tecnologias para aprimorar a gestão da qualidade, uso de dados de performance dos empreendimentos, além de aprimorar a experiência de clientes e demais partes interessadas.

Nesse contexto, a Neocert utiliza as Certificações Socioambientais como ferramentas para verificar e atestar a performance socioambiental de operações florestais e a rastreabilidade e composição de produtos na cadeia de custódia.

Internacionalmente, a certificação florestal voluntária vem se desenvolvendo desde a década de 80, contando com vários sistemas. No Brasil, desde 1996 a Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS, em parceria com associações do setor, instituições de ensino e pesquisa, organizações não-governamentais e de órgãos do governo, vem trabalhando com um programa voluntário denominado CERFLOR - Programa Brasileiro de Certificação Florestal. O CERFLOR surgiu para atender uma demanda do setor produtivo florestal do país. Desde 1996, a Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS estabeleceu acordo de cooperação com a ABNT para desenvolver os princípios e critérios para o setor.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT é uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos reconhecida pelo Inmetro como Fórum Nacional de Normalização e é membro fundador da ISO. A ABNT é o organismo responsável pelo processo de elaboração e revisão das normas do Programa CERFLOR.

Através de seu sistema de certificação, o selo CERFLOR reconhece a produção responsável de produtos florestais, permitindo que os consumidores e as empresas tomem decisões conscientes de compra, beneficiando as pessoas e o ambiente, bem como agregando valor aos negócios.

A certificação CERFLOR é concedida pela Neocert às organizações que são aprovadas nas auditorias de avaliação. Essas auditorias têm como objetivo verificar a conformidade da organização com todos os requisitos aplicáveis dos padrões CERFLOR. A manutenção do certificado nos anos seguintes depende da performance da organização demonstrada nas auditorias de monitoramento anual.

A auditoria da Neocert é realizada em 2 fases. A fase 1 é uma análise documental e, quando aplicável, inclui uma consulta a partes interessadas. A fase 2 é uma avaliação de campo, com verificações das operações da organização, complementado com entrevistas a colaboradores e partes interessadas, bem como análise de registros para atestar o cumprimento da organização em relação a cada requisito de certificação.

Em caso de falhas são emitidos relatórios de não conformidades (NCRs) que possuem prazos específicos para tratativa, dependendo de sua gravidade, e que podem impedir ou suspender a certificação da organização enquanto não corrigidos.

Este relatório é resultante de um processo de auditoria que apresenta a abrangência da certificação (escopo), os resultados observados e a recomendação sobre a certificação CERFLOR da organização pela equipe Neocert.



1. OBJETIVOS DA AUDITORIA

Analisar a conformidade da organização com relação ao atendimento à ABNT NBR 15789:2024 - Manejo Florestal - Princípios, Critérios e Indicadores para florestas nativas com análise de todos os seus princípios, critérios e indicadores, além de avaliar o desempenho do sistema de gestão da organização para a implantação dos requisitos da norma bem como da sua eficácia. Apontar potenciais melhorias para o sistema de gestão. Os procedimentos para condução da auditoria e elaboração do relatório estão contemplados no Manual de Certificação Neocert (NEO-MAN-01).

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE ESCOPO

O escopo avaliado contempla o manejo florestal sustentável de florestas nativas conduzido pela ECOTOTUS SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA - ME, na condição de Entidade do Grupo/Escritório Central responsável pela administração do grupo de produtores florestais e das unidades de manejo incluídas no processo de certificação PEFC.

A avaliação abrangeu as unidades de manejo florestal constantes no escopo apresentado pela organização, incluindo as Fazendas Juruna, São José, Ibicaba H e Dona Lídia III, com verificação documental e de campo das áreas, planos de manejo, autorizações, procedimentos operacionais, controles de cadeia de custódia florestal até a porta da floresta, responsabilidades da Entidade do Grupo e compromissos assumidos pelos participantes.

O escopo está relacionado à produção de madeira em tora proveniente de manejo florestal sustentável em florestas nativas, considerando as atividades de planejamento, exploração de impacto reduzido, controle operacional, armazenamento temporário, transporte até a porta da floresta e controles de rastreabilidade aplicáveis. Não foi identificada unidade de processamento incluída no escopo avaliado.

3. INFORMAÇÕES DETALHADAS DO ESCOPO

Classificação climática	Clima tropical quente e úmido, com temperaturas médias elevadas ao longo do ano, precipitação pluviométrica abundante e curto período seco no inverno. Os PMFS descrevem temperaturas médias anuais entre 23 °C e 25 °C, com período mais chuvoso concentrado na primavera-verão.
Tipo de floresta manejada	Floresta nativa amazônica manejada sob Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, com exploração de impacto reduzido e inventário florestal 100% nas unidades de produção anual avaliadas.



Área total (ha)	20.128,8138 ha, considerando Fazenda Juruna, Fazenda São José, Fazenda Ibicaba H e Fazenda Dona Lídia III.
Área de produção (ha)	5637,262 ha, considerando a área total aproximada de PMFS/AMF no escopo avaliado.
Área destinada à conservação (ha)	721,5616 ha, correspondente à soma das Áreas de Preservação Permanente (APPs) das unidades de manejo integrantes do escopo.
Área para outros usos (ha)	N/A
Espécie(s) manejada(s)	As espécies manejadas correspondem a espécies florestais nativas comerciais constantes nos inventários 100%, PMFS, POA e AUTEX/quadros de espécies das unidades avaliadas, incluindo, entre outras: amescla, angelim-pedra, angelim-saia, cambará, camabará-rosa, canelão, catanudo, cedrinho, copaíba, garapeira, itaúba, jatobá, louro, marupá, faveira, mandiocão e demais espécies comerciais autorizadas nos respectivos documentos de manejo.
Latitude do centroide	Ver tabela de áreas de manejo, pois o escopo é composto por múltiplas unidades.
Longitude do centroide	Ver tabela de áreas de manejo, pois o escopo é composto por múltiplas unidades.

4. ÁREAS DE MANEJO

Nome da área de manejo	Latitude do centroide	Longitude do centroide
Fazenda Juruna	10°24'12,26" S	53°27'54,92" W
Fazenda São José	10°01'14,02" S	53°51'50,87" W
Fazenda Ibicaba H	10°48'20,593" S e 10°52'25,717" S;	53°30'55,267" W e 53°35'32,729" W
Fazenda Dona Lídia III	11°05'09,00" S	55°31'35,00" W

5. DESVIOS RELACIONADOS AO PLANO DE AUDITORIA

N/A

6. FATOS SIGNIFICANTES IMPACTANDO NO PROGRAMA DE AUDITORIA

N/A

7. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA GESTÃO DO MANEJO FLORESTAL

N/A



8. CONFORMIDADE E EFICÁCIA DO SISTEMA DE GESTÃO

a. Atendimento aos requisitos da norma

Com base na avaliação documental, entrevistas e verificações de campo realizadas, verificou-se que a organização possui sistema de gestão estruturado para atendimento aos requisitos aplicáveis da certificação PEFC para manejo florestal sustentável de florestas nativas, incluindo procedimentos operacionais, controles documentais, responsabilidades definidas, gestão da Entidade do Grupo, controles de rastreabilidade até a porta da floresta e mecanismos para acompanhamento das atividades de manejo.

Foram identificadas evidências de atendimento à maior parte dos requisitos avaliados, especialmente quanto à existência de plano de manejo florestal sustentável, procedimentos de exploração de impacto reduzido, controles operacionais, gestão de trabalhadores, consulta às partes interessadas, administração dos participantes do grupo e medidas para atendimento aos compromissos ambientais, sociais e legais aplicáveis.

Entretanto, foram registradas não conformidades menores relacionadas à ausência de evidência de disponibilização pública do compromisso formal com o manejo florestal sustentável e à ausência de evidências de implementação efetiva das ações de recuperação nas áreas degradadas identificadas. Essas situações não descaracterizam a estrutura geral do sistema de gestão, mas requerem tratamento pela organização conforme prazos e procedimentos aplicáveis.

b. Avaliação da auditoria interna e análise crítica da Direção

Foi evidenciada a realização de auditoria interna no âmbito do sistema de gestão da organização, contemplando aspectos relacionados ao manejo florestal, à gestão da Entidade do Grupo e aos requisitos aplicáveis ao processo de certificação. Também foi apresentada a Análise Crítica do Sistema de Gestão PEFC, realizada em 29/04/2026, consolidando resultados das auditorias internas, riscos operacionais, desempenho das unidades, situação documental, regularidade legal, capacidade técnica, monitoramentos, oportunidades de melhoria, ações planejadas e avaliação da implementação dos controles aplicáveis. Por se tratar da primeira análise crítica formal consolidada do ciclo avaliado, não havia histórico de ações anteriores a ser comparado, devendo as análises subsequentes contemplar a situação das ações anteriores e a eficácia das medidas adotadas.

9. CONCLUSÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DO ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO

Com base nas evidências avaliadas, conclui-se que o escopo de certificação apresentado é compatível com as atividades desenvolvidas pela organização e com a estrutura de gestão adotada pela Ecototus como Entidade do Grupo/Escritório Central. O escopo contempla unidades de manejo florestal de florestas



nativas sob administração do grupo, abrangendo atividades de planejamento, manejo, exploração de impacto reduzido, controles operacionais, rastreabilidade dos produtos florestais até a porta da floresta e responsabilidades dos participantes.

Não foi identificada unidade de processamento incluída no escopo avaliado, sendo o escopo limitado ao manejo florestal sustentável e aos controles de cadeia de custódia florestal até a porta da floresta. As áreas e unidades de manejo avaliadas possuem documentação de suporte, planos de manejo, autorizações e procedimentos compatíveis com o escopo pretendido.

Dessa forma, o escopo de certificação é considerado adequado à avaliação realizada, ressalvado o tratamento das não conformidades menores registradas nos indicadores 1.5 b e 3.2 f e a necessidade de manutenção contínua dos controles de grupo, registros de participantes, rastreabilidade e monitoramentos internos ao longo do ciclo de certificação.

10.CONFIRMAÇÃO DE QUE OS OBJETIVOS DA AUDITORIA FORAM ATINGIDOS

Os objetivos da auditoria foram atingidos, uma vez que foi possível avaliar, por meio de análise documental, entrevistas e verificações de campo, a conformidade da organização com os requisitos aplicáveis ao manejo florestal sustentável de florestas nativas, à gestão da Entidade do Grupo e aos controles de cadeia de custódia florestal até a porta da floresta.

A auditoria permitiu verificar a estrutura de gestão adotada pela Ecototus, os procedimentos aplicáveis ao grupo, a documentação dos participantes, os planos de manejo, autorizações, controles operacionais, práticas de campo, rastreabilidade dos produtos florestais, consulta às partes interessadas e evidências relacionadas aos compromissos ambientais, sociais e legais aplicáveis.

Também foram identificadas oportunidades de fortalecimento do sistema e não conformidades menores que deverão ser tratadas pela organização, relacionadas à disponibilização pública do compromisso formal com o manejo florestal sustentável e às evidências de implementação das ações de recuperação de áreas degradadas. Dessa forma, considera-se que a auditoria forneceu base suficiente para a conclusão sobre a conformidade do escopo avaliado e para a recomendação técnica aplicável.

11.QUESTÕES NÃO RESOLVIDAS IDENTIFICADAS NO PROCESSO DE AUDITORIA

Não aplicável.

12.PROCESSO DE AUDITORIA



Estratégias para auditoria de escritório e campo

No processo da auditoria e avaliação de campo foram cumpridas as seguintes atividades:

Análise documental: nessa etapa a equipe buscou analisar detalhadamente o plano de manejo florestal da organização, a legislação aplicável às suas atividades, os documentos fundiários e de georreferenciamento das áreas de manejo florestal, dentre outros procedimentos de gestão, que permitem melhor entendimento dos processos produtivos, de conservação ambiental e do relacionamento com as partes interessadas implementados pela organização.

Definição dos locais para visitas de campo: as visitas de campo são baseadas em processo de amostragem que considera como premissas a localização das frentes de trabalho em atividade durante o período da auditoria, as áreas de pesquisa e de produção de mudas, a localização de áreas destinadas à conservação nas unidades de manejo florestal, bem como aquelas de especial interesse com valores ambientais, sociais e culturais. A localização de comunidades impactadas que se relacionam de alguma maneira com a organização ou que apresentaram algum comentário ou reclamações envolvendo a empresa, também são verificadas, sendo todas essas áreas consideradas como prioritárias para definição das visitas de campo.

Entrevistas e abordagens em campo e escritório: as entrevistas com trabalhadores ocorreram preferencialmente nas frentes de trabalho durante a realização das operações de manejo florestal. Foram também conduzidas entrevistas em comunidades vizinhas às áreas de manejo, sindicatos e demais organizações de classes representativas dos trabalhadores florestais, órgãos de governo e funcionários da organização relacionados à parte administrativa, financeira e estratégica. Durante essa fase também foram feitas revisões e análises de documentos que embasaram os temas das entrevistas. Reuniões com os principais responsáveis pela certificação da organização serão realizadas diariamente para discussão das principais constatações resultantes das análises em campo.

Processo de consulta a partes interessadas: durante o processo de auditoria foram realizadas entrevistas com trabalhadores da organização, vizinhos, órgãos representativos dos trabalhadores e demais partes interessadas para verificação das políticas desenvolvidas pela organização para comunicação e registros de demandas destas partes interessadas.

O processo de consulta a partes interessadas teve por objetivos:

- 1) Permitir a participação do público nesse processo de auditoria, bem como informar sobre a realização da auditoria, seus objetivos e sobre a presença da equipe da Neocert na região de atuação da organização.
- 2) Auxiliar a equipe de auditores na identificação de assuntos relevantes.



3) Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

A consulta às partes interessadas foi conduzida por meio de campanha eletrônica enviada a 38 destinatários em 27/03/2026, utilizando lista de partes interessadas regionais/nacionais mantida para processos de certificação. A lista contempla diferentes segmentos, incluindo órgãos públicos, organizações privadas, sociedade civil, sindicatos, instituições setoriais e pessoas físicas relacionadas ao contexto regional. A campanha apresentou 41,2% de visualizações e 0% de cliques, conforme evidência de envio apresentada.

Consolidação da auditoria e apresentação dos resultados preliminares à organização: ao final de todos os dias e, principalmente, após o término das atividades de campo, das entrevistas e da análise documental, a equipe se reuniu para consolidar as principais constatações da auditoria e levantar fortalezas e fragilidades para apresentação e discussão junto aos responsáveis pela certificação e alta direção da empresa.

13. EQUIPE DE AUDITORIA

Nome do Auditor	Victor Melo Lima
Atribuições	Auditor Líder, Aspectos ambientais
Qualificação	Engenheiro florestal pela Universidade Federal do Acre (UFAC), pós-graduado em geoprocessamento aplicado à análise ambiental pela Universidade do Norte da Amazônia (UNINORTE), atuou como analista ambiental e agente de fiscalização do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), multiplicador da tecnologia de Modelo Digital de Exploração Florestal – Modeflora (capacitado pela EMBRAPA), especialista em Manejo Florestal Sustentável FSC, atua em auditorias de manejo florestal FSC e CERFLOR desde 2018. Mais de dez anos de experiência em análise, fiscalização e monitoramento de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) na Amazônia, atuou como facilitador e consultor em atividade de sociobiodiversidade em comunidades tradicionais no estado do Acre, foi gestor do Complexo de Florestas do Rio Gregório e Floresta Estadual do Antimary, foi gerente do Núcleo de Unidade de Conservação Estadual da SEMAPI, coordenou a Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da SEMAPI-Acre. Sócio da empresa Cacau e Melo LTDA. Atua com consultoria em tecnologia da informação e SIG; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; WebGis, Aplicações e automações envolvendo dados georreferenciados e apresentação de dados por meio de dashboard's. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizável; dentre outras áreas.
Nome do Auditor	José Lucas Sarmanho Monteiro
Atribuições	Aspectos ambientais, Sociais
Qualificação	Engenheiro Florestal com especialização em Perícia e Auditoria ambiental e Engenharia de Segurança do Trabalho. Auditor Líder nos sistemas ISO, FSC (FM/COC) e PEFC (FM/COC). Experiência em Due Diligence Florestal, mitigação de



	riscos ambientais e Cadeia de suprimentos da Madeira para mercados internacionais (EUDR e Lacey Act).
Nome do Auditor	Reure Pinheiro Macena
Atribuições	Auditor Treinee, Aspectos ambientais
Qualificação	Engenheiro Florestal com especialização em Manejo Florestal. Auditor de sistema de gestão Integrado ISO e Auditor do Sistema FSC em Manejo Florestal e COC, com experiência em empresas do setor madeireiro, Due Diligence Florestal e mitigação de riscos ambientais através de análises de risco e auditorias de conformidade ambiental

14. CRONOGRAMA DA AUDITORIA

Fase 1 - Documental	27/04/2026	
Análises realizadas	Análise documental inicial, planejamento da auditoria, verificação preliminar dos documentos do sistema de gestão, PMFS/POA, procedimentos, registros legais e informações do grupo de certificação EcoTotus.	
Envio da Notificação Pública	27/03/2026	
Número de PI notificadas	Nº de retornos obtidos	
38	0	
Fase 2 – Auditoria de campo	04/05/2026 a 08/05/2026	
Data	Local visitado	Atividades
04/05/2026	SINOP	Reunião de abertura; reunião com responsáveis pela certificação para ajustes do planejamento das visitas de campo; entrevistas com órgãos ambientais; deslocamento para Peixoto de Azevedo.
05/05/2026	Fazenda São José, em Peixoto de Azevedo/MT	Auditoria na Fazenda São José, em Peixoto de Azevedo/MT. Foram verificadas infraestrutura geral, entrevistas com trabalhadores, avaliação de atividades operacionais, conservação de solos e estradas, áreas destinadas à conservação, transporte de madeira,



		pátios, escritório, entrevistas com vizinhos e demais partes interessadas e análise documental.
06/05/2026	Fazenda Ibicaba H, em Marcelândia/MT	Auditoria na Fazenda Ibicaba H, em Marcelândia/MT. Foram verificadas infraestrutura geral, entrevistas com trabalhadores, avaliação de atividades operacionais, conservação de solos e estradas, áreas destinadas à conservação, entrevistas com vizinhos e demais partes interessadas e análise documental.
07/05/2026	Fazenda Dona Lídia III, em Itaúba/MT	Auditoria na Fazenda Dona Lídia III, em Itaúba/MT. Foram verificadas atividades operacionais, infraestrutura geral, entrevistas com trabalhadores, colheita mecanizada, colheita com motosserra, conservação de solos e estradas, áreas destinadas à conservação, pátios, escritório, entrevistas com vizinhos e demais partes interessadas, análise documental, entrevistas com equipe de gestão e da certificação e retorno a Sinop.
08/05/2026	Sinop	Análise documental, consolidação da equipe e reunião de encerramento.

15. RESULTADO DA AUDITORIA

Recomendação sobre a certificação	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado para certificação
	<input type="checkbox"/> Aprovado para manutenção do certificado <input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/> Não aprovado para certificação <input type="checkbox"/>
Questões contraditórias ou de difícil avaliação que foram identificadas	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Com base nas evidências avaliadas e considerando o tratamento das não conformidades menores identificadas nos indicadores 1.5 b e 3.2 f, recomenda-se a aprovação para certificação PEFC.	

Com base nas evidências objetivas coletadas e na avaliação dos requisitos dos padrões de certificação é possível gerar constatações que podem indicar conformidade, não-conformidade (NCR) ou observações (oportunidades para melhoria). Uma não-conformidade é uma discrepância ou falha identificada durante a avaliação, entre algum aspecto do sistema de gestão da empresa e em relação aos requisitos do CERFLOR.

- **Não-conformidade maior:** resulta de uma falha fundamental, por um longo período, de forma repetitiva ou abrangência sistêmica, ou seja, que gera um não atendimento aos requisitos para atingir o objetivo do critério. Um conjunto de várias não-conformidades menores pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não-conformidade maior.



- **Não conformidade menor:** é uma não-conformidade não usual, temporária ou não sistemática, para a qual os efeitos são limitados, tanto espacialmente quanto temporalmente.

Não-conformidades maiores devem ser corrigidas antes da emissão do certificado. Não-conformidades menores e observações não impedem a emissão do certificado, devendo ser corrigidas no prazo estipulado para a manutenção do certificado.

16. ANÁLISE DE AÇÕES CORRETIVAS DE NÃO-CONFORMIDADES ABERTAS ANTERIORES

Não aplicável. Trata-se de avaliação principal inicial, sem não conformidades abertas anteriormente.

17. RESULTADO DA AUDITORIA: NÃO-CONFORMIDADES IDENTIFICADAS NA AUDITORIA (NCRS)

Não-conformidades menores		<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Padrão de Certificação - ABNT NBR 15789:2024 - Manejo Florestal - Princípios, Critérios e Indicadores para florestas nativas - indicador 1.5 b			
NCR #	NCR 01	Situação: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Encerrado <input type="checkbox"/>	
Requisito	1.5 b) evidência de que o compromisso citado no indicador anterior esteja publicamente disponível.		
Descrição da Não-Conformidade	Não foram apresentadas evidências suficientes de que o compromisso formal da organização com o manejo florestal sustentável esteja publicamente disponível. Embora a organização possua documentos internos relacionados ao sistema de gestão, não foi localizado registro que demonstre a divulgação pública desse compromisso por meio acessível ao público. Dessa forma, aplica-se não conformidade menor.		
Evidências	Avaliação documental: POP - Compromisso de longo prazo; Regras do Grupo - Ecototus; Manual de Comunicação; entrevistas com responsável pelo sistema de gestão.		
Plano de ação	Datas:	Envio: 01/06/2026	Análise: 08/06/2026
	Aprovado: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
Descrição do Plano de ação	Disponibilizar publicamente o compromisso formal com o manejo florestal sustentável em meio de fácil acesso, como site institucional, página pública, link público em nuvem, perfil institucional ou outro canal oficial da organização Incluir no Manual de Comunicação ou no procedimento aplicável a responsabilidade pela manutenção da publicação e revisão anual do compromisso. Controle de publicação do compromisso e verificação anual		
Prazo para adequação	<input checked="" type="checkbox"/> Até o próximo monitoramento ou conforme prazo definido pelo organismo certificador.		
	<input type="checkbox"/> Data:		
Tipo de Avaliação	Escolher um item. Documental		

Evidências fornecidas pela organização	A serem apresentadas pela organização conforme descrito no plano de ação.		
Análise das evidências	A ausência de evidência de disponibilização pública do compromisso formal com o manejo florestal sustentável caracteriza não conformidade com o indicador 1.5 b. A organização deverá apresentar evidência de divulgação pública para tratamento da não conformidade conforme plano de ação		
Não-conformidades menores	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
Padrão de Certificação - ABNT NBR 15789:2024 - Manejo Florestal - Princípios, Critérios e Indicadores para florestas nativas - indicador 3.2 f			
NCR #	NCR 02	Situação: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Encerrado <input checked="" type="checkbox"/>	
Requisito	3.2 f) evidência de ações para recuperação de áreas degradadas identificadas na unidade de manejo florestal, baseadas em técnicas adaptadas às condições locais.		
Descrição da Não-Conformidade	Não foram apresentadas evidências de implementação efetiva de ações de recuperação nas áreas degradadas identificadas, como registros de campo, mapas de localização, relatórios fotográficos, cronograma de execução ou monitoramento da recuperação. Dessa forma, aplica-se não conformidade menor.		
Evidências	Avaliação documental: POP Recuperação de Áreas Degradadas; CAR da Fazenda Dona Lídia III; Dona Lídia – PMFS; Juruna PMFS; Juruna POA; PMFS-São José; São José POA.		
Plano de ação	Datas:	Envio: 01/06/2026	Análise: 08/06/2026
	Aprovado: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Descrição do Plano de ação	<p>Elaborar uma matriz simples das áreas degradadas ou em recuperação por unidade de manejo, utilizando as informações já disponíveis em CAR, PMFS, POA, mapas, registros de campo e documentos ambientais.</p> <p>Registrar evidência mínima de campo para cada área identificada, preferencialmente com foto georreferenciada ou foto acompanhada de referência de localização.</p> <p>Definir medida de recuperação proporcional à situação encontrada: isolamento, condução de regeneração natural, controle de acesso, estabilização de solo, recomposição pontual, manutenção de APP ou outra medida Responsável técnico em até 90 dias Plano simplificado de recuperação/monitoramento por área. tecnicamente adequada</p> <p>Manter uma matriz consolidada com todas as áreas degradadas identificadas, ainda que a ação recomendada seja apenas monitoramento ou regeneração natural assistida.</p> <p>Realizar verificação periódica das áreas listadas, com frequência compatível com o porte da operação e com o grau de risco da área.</p> <p>Incluir a revisão da matriz no Plano Anual de Monitoramento e Revisão Socioambiental das Unidades de Manejo.</p>		
Prazo para adequação	<input checked="" type="checkbox"/> Até o próximo monitoramento ou conforme prazo definido pelo organismo certificador.		
	<input type="checkbox"/> Data:		
Tipo de Avaliação	Escolher um item.Documental e Campo		
Evidências fornecidas pela organização	A serem apresentadas pela organização conforme descrito no plano de ação.		
Análise das evidências	A ausência de evidências de implementação efetiva das ações de recuperação nas áreas degradadas identificadas caracteriza não conformidade com o indicador 3.2 f. A organização deverá apresentar registros de implementação e		

	monitoramento para tratamento da não conformidade, conforme apresentado no plano de ação
--	--

Oportunidade de melhoria	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
---------------------------------	------------------------------	---

N/A

OM #	N/A
Requisito	Não aplicável.
Descrição	Não foram registradas oportunidades de melhoria adicionais.

18.COMENTÁRIOS RECEBIDOS DE PARTES INTERESSADAS

Comentário: Foram realizadas consultas junto à FUNAI, IBAMA-MT, SEMAS-MT e SINDUSMAD. As partes interessadas consultadas não apresentaram reclamações específicas relacionadas à organização auditada. A FUNAI e representantes indígenas destacaram a sensibilidade da região devido à proximidade com Terras Indígenas e reforçaram sua posição contrária à exploração de recursos florestais em territórios indígenas. O IBAMA mencionou preocupações regionais relacionadas à movimentação irregular de créditos florestais, especialmente em áreas próximas a Terras Indígenas. A SEMAS e o SINDUSMAD não relataram ocorrências ou conflitos envolvendo a operação auditada.

Resposta Neocert: Os comentários obtidos foram considerados pelo auditor durante a avaliação dos riscos sociais e ambientais da certificação.



19. ANEXOS

ANEXO I - LISTA DE PARTES INTERESSADAS

ANEXO II – ABNT NBR 15789:2024 – MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL — PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES PARA FLORESTAS NATIVAS

ANEXO III – – PEFC ST 2001:2020 - REGRAS DE USO DAS MARCAS REGISTRADAS PEFC – REQUISITOS

ANEXO IV – NEO-PAD-FM-01 – PADRÃO NEOCERT PARA CADEIA DE CUSTÓDIA FLORESTAL (CONFIDENCIAL)

ANEXO V – PORTARIA INMETRO Nº 547/2012 – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA CERTIFICAÇÃO DE GRUPO DE PRODUTORES FLORESTAIS

